

BASES PRAGMÁTICAS PARA A EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO À LUZ DE DUAS EXPERIÊNCIAS RECENTES

GUSTAVO COSTA DE SOUZA

MARIA ISABEL ARAÚJO RODRIGUES

INTRODUÇÃO

O Campo de Públicas é um campo de formação multidisciplinar que atualmente abriga os cursos de Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas, Políticas Públicas e Gestão Social, dentre outras denominações correlatas. Tais cursos são sustentados pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, mas ainda carecem do reconhecimento de uma identidade coletiva. Essa identidade vem sendo construída ao longo dos últimos anos e para que seja bem-sucedida, espaços de troca de experiências no campo do ensino, pesquisa e extensão são importantes.

Aproveitando a recente curricularização da extensão, o texto ora proposto pretende discutir a extensão no Campo de Públicas a partir do conceito de problemas públicos (DEWEY, 1927) e das contribuições de abordagens pós-positivistas para o estudo das políticas públicas. O intuito é argumentar que a partir desta interação pode-se construir conjuntamente soluções para os problemas públicos reais das comunidades, de maneira inserida, reflexiva e crítica. Desta forma, buscamos compreender a Administração Pública não apenas como um campo técnico, mas como um campo tecnopolítico por excelência (PIRES *et al.*, 2014), que promove uma formação profissional situada e contextualizada em problemas concretos.

Para isto, serão objeto de investigação algumas iniciativas extensionistas já realizadas no Brasil, privilegiando programas e projetos já estruturados que preveem a

inserção de estudantes no seu campo de trabalho, como, por exemplo, as iniciativas de residência e de internato. O método empregado baseia-se na experiência dos autores na condução das iniciativas analisadas, apoiada por revisão de literatura e análise documental.

Por fim, pretende-se demonstrar o alcance do objetivo proposto identificando nos projetos investigados o intercâmbio de saberes acadêmicos e não acadêmicos para a resolução de problemas públicos, além do caráter implicado, aplicado e orientado para a produção de resultados na forma de promoção do desenvolvimento local em colaboração com a comunidade. A extensão universitária, neste sentido, é concebida não como algo meramente acessório, de complementação, mas como elemento configurativo do eixo central na formação de profissionais do Campo de Públicas.

CAMPO DE PÚBLICAS: BREVE HISTÓRICO

O Campo de Públicas é um termo proposto pelo professor Valdemir Pires, da Unesp de Araraquara-SP, para congregar todos os cursos de Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Social e congêneres do Brasil. Em uma definição técnica, temos que é:

[...] uma expressão que vem sendo utilizada, há pouco mais de uma década, no Brasil, por coordenadores, professores, alunos e egressos de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Refere-se ao campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com o aperfeiçoamento democrático e republicano. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o aperfeiçoamento da esfera pública, qualificação e melhoria da ação governamental e intensificação e ampliação das formas de participação democrática da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais – sobretudo as organizações da sociedade civil. (PIRES et al., 2014, p. 112).

Com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da Administração Pública – extensiva aos cursos de denominações correlatas com as quais se identifica – no ano de 2014, tornou-se oficial a nomenclatura Campo de Públicas, há tempos difundida entre os praticantes do Campo.

Também com a publicação das DCNs tornou-se premente a criação de uma associação representativa do Campo, o que ocorreu no ano de 2015 com a criação da

Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP), que tem um importante papel no Campo de Públicas e possui objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, sendo um deles, conforme seu estatuto, “apoiar, aperfeiçoar, estimular e realizar estudos que contribuam para o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária nos cursos do Campo de Públicas, na perspectiva da promoção e melhoria da educação” (ANEPECP, 2021).

Apesar do tema da profissionalização estar em pauta na administração pública brasileira pelo menos desde a década de 1930, as mudanças recentes pelas quais a área pública vem passando – no campo político, social, econômico e tecnológico – ampliam a importância de se alcançar um corpo técnico e gerencial mais preparado para sua atuação. Questões como descentralização, agilidade na administração pública; desburocratização com vistas à eficiência e efetividade, democratização, transparência e maior controle social são alguns dos desafios presentes inclusive na Constituição da República de 1988. Além destes, a busca pela inovação sem perda de eficiência, a construção de narrativas que façam sentido para além do corpo burocrático, a construção de políticas públicas com base em evidências e a ciência de dados são alguns dos mais recentes desafios da área pública que se associam aos primeiros.

Tais desafios mostram que as efetivas mudanças na qualidade dos serviços públicos e da gestão pública somente podem ocorrer por meio de investimentos em profissionalização (OLIVEIRA *et al.*, 2020), sendo o Campo de Públicas fundamental nesta missão.

Durante o XIV Fórum de Professores e Coordenadores dos cursos do Campo de Públicas, coordenado pelo professor Carlos Vainer e realizado nos dias 18 e 19 de julho de 2014 no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, retomou-se a discussão acerca da necessidade de criação de associação representativa do campo de públicas e qual seria a forma mais adequada de filiação à associação, sendo consenso que deveria ser realizada a filiação institucional.

Ao longo da discussão registrou-se a origem do Campo de Públicas na comunidade acadêmica de graduação, a importância da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais e como o campo ganhou amplitude, passando a incluir também a pós-graduação. Reconheceu-se ainda que a comunidade do campo se constitui inter e multidisciplinarmente em torno de um *locus* de reflexão teórica que identifica o campo como grande área de produção científica e técnica, além de empírica. Em seguida foi

instituído um grupo de trabalho formado pelos professores Sérgio Fonseca (UNESP), Valdemir Pires (UNESP) e Carlos R. Etulain (UNICAMP), para elaboração da minuta de estatuto da associação.

Ao longo do Fórum foi ainda discutida a estrutura e temática do I Encontro Nacional do Campo de Públicas, que foi realizado em Brasília, em novembro de 2015, tendo sido combinado que após discussão no âmbito da comunidade que integra o campo, o estatuto seria aprovado em assembleia a ser realizada durante o encontro.

Contudo, em 12 e 13 de março de 2015, foi realizado o XV Fórum de Professores e Coordenadores dos cursos do Campo de Públicas, coordenado pela professora Lindijane Almeida, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Com a representação de 19 Instituições do Campo de Públicas, decidiu-se pelo modelo de filiação híbrida e decidiu-se acerca da estrutura da diretoria da Associação. Foi ainda concluída a elaboração do estatuto. Em seguida, instaurou-se a Assembleia Geral que o aprovou por unanimidade e, na sequência, iniciou-se a eleição para composição da Diretoria, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal. Os membros desses órgãos tiveram mandato até 31/12/2015.

A criação da Anepep contribuiu sobremaneira para o fortalecimento do Campo de Públicas e por consequência para a profissionalização da gestão pública brasileira. Um desafio que vem sendo enfrentado pela Anepep ao longo dos anos é a criação de uma identidade coletiva para os cursos do Campo, que precisam atuar de forma a sensibilizar os alunos a aplicar de forma prática os conteúdos acessados ao longo dos cursos. O foco no conhecimento prático e aplicado à administração pública contribui para que as práticas extensionistas sejam disseminadas e utilizadas para formar profissionais cada vez mais vocacionados para o serviço público. Exemplos de sucesso em relação a isto são os programas de imersão municipal e de residência, que são exemplos de práticas extensionistas e possibilitam que o aluno tenha contato com a realidade dos Municípios e reflitam sobre os principais desafios da gestão pública, a partir da imersão nas diferentes realidades, conferindo maior capilaridade ao Campo de Públicas.

Realizada esta breve introdução, passamos à discussão do conceito de problema público e das contribuições de abordagens pós-positivistas para o estudo das políticas públicas, a título de fundamentação, para, na sequência, passar à descrição de duas importantes práticas extensionistas para o Campo de Públicas. O texto finaliza com uma breve discussão acerca da importância da extensão para a construção de uma identidade coletiva para o Campo de Públicas.

PRAGMATISMO E PEDAGOGIA NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS PÚBLICOS

Para o pragmatismo, conceitos abstratos só têm significado na medida em que possam ser aplicados, isto é, utilizados de forma prática (DEWEY, 1980). Para Dewey, o pensamento é uma capacidade humana a serviço da sobrevivência e da produção do bem estar humano. Assim, conceitos filosóficos como o de democracia só têm funcionalidade se colocados em prática, se forem de fato vivenciados pelas pessoas.

Para tanto, a educação e as experiências educacionais recebem atenção especial na obra de Dewey, uma vez que é por meio de tais experiências que se pode viabilizar pragmaticamente a democracia numa sociedade (DEWEY, 1909; 1916). Em seus escritos sobre educação, Dewey defende que o processo educacional deve ser centrado no estudante e a melhor forma de aprendizagem é aquela advinda da experiência. O conceito de experiência em Dewey, é preciso observar, vai além da ideia de experimentação, da prática pela prática, ou do mero 'aprender fazendo'. A ideia de experiência para este autor diz respeito, sobretudo, à experiência estética, isto é, com toda a sua carga valorativa e a potência transformativa que as experiências implicadas são capazes de proporcionar.

Nesta perspectiva, o papel da escola não é tanto o de transmitir os conhecimentos prontos e acabados a partir de processos mnemônicos, a fim de serem experimentados, mas mais importante é estimular o interesse do alunado em aprender por meio do desenvolvimento de habilidades relacionadas à resolução de problemas (DEWEY, 1916).

Assim, o conhecimento não é entendido como algo pronto e acabado a ser transmitido aos estudantes, mas algo a ser desenvolvido e construído de maneira estimulante e criativa. A filosofia de Dewey encontra paralelo nos estudos de Paulo Freire, naquilo que o pensador brasileiro criticava como 'ensino bancário'. Neste tipo de ensino os professores 'depositam' o conhecimento pronto e acabado na cabeça dos estudantes, estas entendidas como páginas em branco. A pedagogia da autonomia de Freire (2009) busca romper com o modelo tradicional de ensino, entendendo que os estudantes já trazem de suas vivências conhecimentos que são importantes para olhar os problemas do mundo e, a partir destes conhecimentos que o estudante já traz consigo, outros conhecimentos podem ser construídos a partir da realidade em que se situam.

Desta forma, tanto na perspectiva deweyana, quanto na freireana, o desenvolvimento intelectual só é possível quando estabelecida uma relação significativa com o contexto em que se está inserido. Neste entendimento, o conhecimento só é relevante quando se consegue explicitar uma relação entre o que se aprende, isto é, o

conhecimento a ser aprendido, e o contexto onde se situam os estudantes. Em outras palavras, para que o conhecimento faça sentido é necessário que as relações entre teoria e prática, pensamento e ação, sejam não apenas evidenciadas, mas, sempre que possível, vivenciadas.

A escola, então, precisa ser relevante para a vida prática dos estudantes; as atividades escolares precisam estar contextualizadas e conectadas com a realidade que vivenciam em suas vidas cotidianas; e os conteúdos que fazem parte da formação estudantil devem estar relacionados com os problemas que os estudantes enfrentam no dia-a-dia. Assim, a aprendizagem passa a fazer sentido para quem aprende. Nesta perspectiva, a escola se assemelha mais a um laboratório "vivo" (living lab) e a atividade principal é deslocada do ensino para a investigação.

A escola idealizada por Dewey baseia-se, assim, em seis princípios fundamentais: 1) o ponto de partida são os interesses dos estudantes, não apenas o conteúdo. O estudo, assim, deve ser guiado por um propósito; 2) a aprendizagem se dá de forma ativa, não passiva; 3) o papel do professor é o de orientar, guiar a aprendizagem, não o de ensinar ou ocupar um espaço de poder, de detentor do conhecimento; 4) as atividades devem ser orientadas para a resolução de problemas, de maneira que os estudantes consigam vislumbrar o propósito e a relevância do que estão estudando; 5) a escola é um microcosmo da sociedade, onde práticas sociais podem ser analisadas e problematizadas com vistas a serem aprimoradas, num contexto democrático e de complexidade. Assim, a escola deve estar fortemente conectada com a comunidade de seu entorno e a sociedade em geral, de modo que os problemas sociais façam parte do cotidiano escolar. Desta maneira, não basta apenas que os conhecimentos trabalhados na escola sejam levados para a sociedade numa via de mão única, mas que, na via oposta, os problemas da sociedade e os saberes comunitários também tenham entrada no ambiente escolar; e, por fim, 6) o clima social da escola deve ser democrático e cooperativo, de forma que a busca pelas soluções se dê numa perspectiva de co-criação (DEWEY, 1916).

Note-se que Dewey (1916) discorre sobre a escola de uma maneira geral e o estudante a que se refere especificamente é o da educação infantil. Para os nossos propósitos, estamos transpondo sua reflexão para a educação em nível universitário e, quando se trata de pensar a educação para a formação em Administração Pública, a obra de Dewey se demonstra ainda mais relevante.

Em seus escritos sobre o Estado e o público, Dewey (1927) destaca o papel da experiência e da experimentação. O critério empregado para determinar quão bom é um

Estado está relacionado ao 'grau de organização do público que é atingido e o grau no qual seus oficiais estão constituídos para cuidar dos interesses públicos'. No entanto, reconhece que não é possível estabelecer uma regra a priori que assegure pelo seu cumprimento a criação de um bom Estado. "Não há nenhuma forma de Estado que possamos dizer ser a melhor" (DEWEY, 1927, s/n).

Assim, Dewey traz uma compreensão sobre o conceito de Estado caracterizado por ser dinâmico. O Estado não é estático. O bom Estado, neste sentido, está em constante processo de construção. Assim, a formação dos Estados deve ser um processo experimental, devendo sempre ser redescoberto. Para Dewey, não é papel da filosofia ou da ciência política determinar como ou o que um Estado em geral deve ou precisa ser. É papel das "'ciências do Estado' ajudar na criação de métodos para que a experimentação possa continuar menos cegamente, menos à mercê dos acidentes, mais inteligentemente, de modo que os homens possam aprender com seus erros e se beneficiar com seus êxitos" (DEWEY, 1927, s/n).

A esse método experimental de construção do bom Estado, Dewey dá o nome de Público. O Público como fruto da ação conjunta, combinada e associada e que gera resultados. Alguns destes resultados da ação coletiva são percebidos, observados, analisados e levados em consideração. Daí, então, surgem propósitos, planos, medidas, meios para garantir que as consequências desejadas sejam asseguradas e aquelas indesejáveis sejam eliminadas. Eis a essência do pragmatismo que subjaz a obra de Dewey: a aplicação do conhecimento para a geração de efeitos que produzem resultados no sentido do aprimoramento da vida social e política; o aprimoramento da democracia; num esforço conjunto, comunitário, em busca da concretização, nunca definitiva, de um ideal: a democracia radical.

A democracia, para Dewey, portanto, 'não é um fato e nunca será'. A democracia é um ideal, um valor, 'a ideia da própria vida em comunidade' (DEWEY, 1927), no sentido de que resulta de uma atividade associativa ou conjunta, condição de existência da própria comunidade.

Assim, a vida comunitária é moral, pois mobiliza emoções, intelectos e é conscientemente sustentada.

Onde quer que haja atividade conjunta cujas consequências sejam percebidas como boas por todas as pessoas singulares que participam dela, e quando a percepção do bem for tamanha a ponto de promover um desejo e esforço enérgico para mantê-lo justamente porque ele é um bem compartilhado por todos, há, em certa medida, uma comunidade (DEWEY, 1927).

Aqui destaca-se o aspecto simbólico subjacente ao propósito comum compartilhado pela comunidade.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DE APORTES TEÓRICOS PÓS-POSITIVISTAS

É possível afirmar que o estudo das políticas públicas no Brasil ganhou novo fôlego com o estabelecimento do Campo de Públicas. Antes circunscrito às comunidades epistêmicas das ciências políticas e das ciências sociais, o debate passou a receber novos aportes advindos de outros campos disciplinares, como da Administração, do Direito, da Economia, além dos tradicionais. O Campo de Públicas, assim, se distingue pela sua abordagem multi e interdisciplinar, reunindo pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Na esteira da abordagem pragmática de inspiração deweyana, pesquisadores brasileiros vêm reivindicando um aporte que ultrapasse os aspectos normativos e funcionais das políticas públicas, jogando luz ao papel das ideias e dos valores na análise dos processos de políticas públicas. Nesta perspectiva, as políticas públicas são entendidas não somente como a ação - ou inação - do Estado, mas a partir das interpretações dos atores que estão na base da sociedade. Frente à abordagem tradicionalmente estadocêntrica opõe-se, sem necessariamente excluir a primeira, uma abordagem sociocêntrica.

Faria (2003) faz um interessante inventário das abordagens que privilegiam os aspectos cognitivos em detrimento do tradicional enfoque dedicado às decisões e à tecnicização dos processos de formulação e gestão das políticas. Em sua análise, a vertente pós-positivista defende o primado das ideias e a centralidade do discurso, da argumentação e da interpretação (FARIA, 2003, p.23). Seu inventário é interessante, pois mapeia as principais vertentes analíticas que jogam luz ao papel dos atores no processo das políticas públicas, destacando a análise das redes de políticas públicas (*policy networks*), das comunidades epistêmicas, das coalizões de defesa (*advocacy coalitions*), dos processos de difusão e transferência de políticas públicas, os estudos sobre a aprendizagem em políticas públicas (*policy learning*), vertentes estas que destacam o papel das ideias e do conhecimento no processo de produção de políticas. No entanto, sua análise destaca também a enorme influência de autores estrangeiros e o impacto residual na análise de políticas públicas no Brasil até o início deste século.

Capella (2015) refaz a trajetória do campo de políticas públicas situando sua origem na década de 1950, com destaque para a inflexão trazida pela análise baseada nas ideias, a partir da 'guinada argumentativa' ocorrida na década de 1990 a partir dos trabalhos de Fischer e Forester (1993) e atualizados por Fischer e Gottweis (2012). Tal guinada se caracteriza basicamente pela crítica à objetividade e o caráter estritamente técnico do analista de políticas públicas e o cientificismo que constituiu a tradição da área a partir de um enfoque positivista com pretensão de promover observações empíricas caracterizadas pela neutralidade.

Deborah Stone (1988) e Majone (1989) seriam as precursoras da crítica às abordagens positivistas às políticas públicas. A primeira criticando o racionalismo excessivo e destacando o papel das ideias e da percepção dos atores. Para Stone (1988), a definição dos problemas públicos passa por um processo de representação, onde as subjetividades ficam expostas a partir de uma 'batalha pelas ideias': a definição dos problemas públicos envolve, nesta perspectiva, necessariamente a disputa entre os atores pelos conceitos, classificações e delimitações sobre as ideias (STONE, 1988). O segundo, na mesma toada, explicitando os limites das abordagens que partem do pressuposto da racionalidade instrumental que focalizam a decisão, reivindicando que 'as políticas públicas são feitas de linguagem' e destacando o papel da argumentação e da persuasão, carregadas de crenças e valores, no processo das políticas (MAJONE, 1989).

Assim como Faria (2003), Capella (2015) destaca os trabalhos de Baumgartner e Jones (1993), Sabatier e Jenkins-Smith (1993) e Kingdon (2003) como modelos que colocam as ideias no cerne da análise, destacando a interação de valores, normas, crenças e diferentes formas de conhecimento. No entanto, tais modelos teóricos, segundo Capella (2015) ainda não chegaram ao ponto de precisar o conceito de ideias para a análise de políticas públicas, sendo o aprofundamento deste conceito uma questão fundamental no plano teórico.

O que podemos constatar a partir destes estudos que questionam a corrente dominante do pensamento sobre políticas públicas é a emergência de uma área dos Estudos Críticos em Políticas Públicas (ECPPs), que advém como um esforço de compreender os processos de políticas públicas não apenas em termos de seus insumos, processos decisórios e resultados aparentes, mas dando mais importância aos interesses, valores e aspectos normativos - sociais e políticos - que moldam e informam estes processos (FISCHER et al., 2017).

Neste sentido, os ECPPs se caracterizam por rejeitar o pressuposto de que a análise de políticas públicas possa ser neutra, descomprometida e isenta de valores e interesses; por buscar identificar e examinar proposições contrárias às abordagens normativas; e por desenvolver estudos sobre justiça social, democracia e emancipação de atores sociais excluídos dos processos políticos (FISCHER et al., 2017).

Fischer e Forester (1993) esboçaram a ‘virada argumentativa’ no planejamento e na análise de políticas públicas. Este trabalho ajudou a promover um redirecionamento de uma abordagem puramente tecnicista e empiricista para incluir uma compreensão e as pressuposições que informam - e o processo comunicativo que media - a formulação e a implementação das políticas públicas. A orientação crítica desde então vem se expandindo para incluir trabalhos teóricos e empíricos sobre análise de discurso, deliberação, democracia deliberativa, conselhos cidadãos, construção de consenso, governança participativa, políticas de expertise, bem como análise política participativa e planejamento colaborativo, formas locais e tácitas de conhecimento, métodos interpretativos e etnográficos (FISCHER et al., 2017).

Os ECPPs enfatizam, então, a importância da compreensão contextual, do conhecimento ordinário (comum), das narrativas e dos discursos, das expressões emocionais e das práticas comunicativas em geral. A compreensão sobre as políticas públicas desloca-se do domínio exclusivo dos especialistas, que Fischer irá classificar como ‘expertocracia’, passando a jogar luz mais ainda, fundamentalmente, ao domínio dos cidadãos (Fischer et al., 2017).

No quadro dos ECPPs, a Análise Interpretativa de Políticas Públicas (AIPPs) parte de um reconhecimento auto-reflexivo do ‘mundo’ como um artifício humano ou da ‘construção social da realidade’ (BERGER; LUCKMANN, 2004). Tal reconhecimento pode provocar uma ‘desfamiliarização’ ou ‘desnaturalização’ de categorias convencionais, tipificações e procedimentos que de outra maneira seriam simplesmente tomados como verdadeiros em si mesmos, naturalizados (*taken for granted*).

A AIPP opera a partir do questionamento incisivo e sistemático do convencional, examinando especialmente os processos contingentes da construção e impacto em circunstâncias específicas do processo das políticas públicas. A reflexividade deste tipo pode tornar-se particularmente potente e esclarecedora quando analistas dirigem sua atenção ao ‘enquadramento’ e ‘reenquadramento’ dos problemas das políticas públicas pelos atores envolvidos. Com sua orientação metodológica, a investigação interpretativa coloca um desafio direto às elites políticas na sociedade contemporânea, trazendo à baila

estas pressuposições aceitas como naturalmente válidas (*taken for granted*) e questionando-as a partir de compreensões dos múltiplos atores, construídas discursivamente a partir de processos comunicacionais interativos (Fischer et al., 2017).

Assim, os ECPPs revelam-se como um tipo de abordagem que não é apenas aplicada, mas também implicada (BOULLOSA, 2019), pois têm a pretensão de serem relevantes para projetos de democratização, revelando debates que envolvem, para além da técnica, compreensões e julgamentos políticos dos múltiplos atores inseridos no contexto. Neste sentido, explicita o contraste marcante em relação à ênfase mais estreita da explicação política que tradicionalmente caracteriza a corrente dominante das ciências sociais. Assim, oferece um indispensável ponto de referência para relacionar teoria e prática.

IDENTIDADE E VALORES DO CAMPO DE PÚBLICAS NA ARENA PÚBLICA

No caso do Campo de Públicas, como já dito aqui anteriormente, os valores fundamentais que orientam a formação dos estudantes assentam-se no ethos republicano e democrático. Tais valores estão expressos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de Administração Pública e constituem um exemplo admirável do que Dewey pretende sustentar. Isto por que não se trata de mero regulamento normativo imposto de cima para baixo, mas foram literalmente conquistados a partir de uma grande mobilização nacional que envolveu estudantes de diversos estados brasileiros, além de professores e profissionais formados no Campo de Públicas, para sua efetivação (PIRES et al., 2014). As DCNs podem, assim, ser entendidas como um Problema Público, fruto de uma construção coletiva, que constitui pedra angular da identidade e do propósito do Campo de Públicas no Brasil, forjada pelos atores do próprio Campo durante seu processo de constituição.

O exemplo da conquista das DCNs do Campo de Públicas ilustra a dimensão simbólica da ação comunitária que tem destaque no pensamento de Dewey (1927). As interações e transações ocorrem de fato e a interdependência dos atores é o que produz os resultados que se seguem, mas tais interações que produzem resultados são mediadas por processos comunicacionais que mobilizam símbolos. A participação nas atividades produz não apenas efeitos, mas também sentidos. Tais resultados, para que sejam compartilhados, têm como pré-requisito a comunicação. As atividades e os resultados promovidos somente podem ser vistos, considerados, compreendidos, julgados e

regulados por meio de seus sinais e símbolos. O que se compartilha, portanto, por meio de processos comunicacionais são os significados dos resultados.

No caso das DCNs citadas, para quem está de fora da comunidade elas podem constituir mero documento normativo que estabelece regras de adequação e normalização da oferta de cursos. Entretanto, para os membros da comunidade, ela adquire um conjunto de significados que vai muito além das regras formais. Elas passam a significar princípios constitutivos que orientam o olhar para o mundo a partir da formação profissional. Ela, enfim, dá sentido à prática de uma ampla comunidade; dá um senso de propósito e engajamento, mobilizando e orientando aquela comunidade numa direção; implica significados comuns e mutuamente entendidos, compartilhados; produz laços afetivos, intelectuais e profissionais; converte uma atividade conjunta numa comunidade de interesse e de prática; gera, finalmente, uma 'vontade geral e consciência social' (DEWEY, 1927). É, portanto, neste sentido que Dewey afirma que:

[...] não pode haver público sem total publicidade com relação a todas as consequências que dizem respeito a ele. [...] As ferramentas somente podem ser evoluídas e aperfeiçoadas em operação; em aplicação para observar, relatar e organizar a questão real; e essa aplicação não pode ocorrer exceto através de comunicação livre e sistemática. (DEWEY, 1927, s/n).

Uma vez conquistadas as DCNs, o curso de Administração Pública da Ufla não teve muita dificuldade para se mobilizar no sentido de implementá-las rapidamente, até mesmo porque estava engajado na articulação nacional que lutou por sua conquista. A sua implementação, portanto, foi consequência lógica, pois fazia sentido e havia razoável consenso no grupo.

No caso da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, também não houve dificuldade na implementação das DCNs, uma vez que além de estar engajada pela sua aprovação, contribuiu de forma ativa em sua elaboração.

PROGRAMA DE INTERNATO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PRINAGEM

Práticas extensionistas têm importância fundamental na formação de pessoas motivadas e comprometidas com a modernização da gestão pública. A vocação para o serviço público não é desenvolvida somente por meio das aulas teóricas, as práticas extensionistas realizadas em conjunto com atores da sociedade para a resolução de problemas complexos são fundamentais para isto.

Segundo Bittencourt e Zouain (2010, p.4), tem-se um consenso internacional sobre a profissionalização da gestão pública constituir-se um dos requisitos mais importantes para o desenvolvimento econômico de um país e para a melhoria da qualidade de sua administração pública. As autoras afirmam que “qualquer governo que pretenda ver suas decisões implementadas de maneira rápida e devidamente adequada não pode abrir mão de um aparato burocrático eficaz, ágil, disciplinado e tecnicamente preparado”. O fortalecimento do Campo de Públicas passa pela redefinição e fortalecimento das práticas extensionistas, sendo a resolução de problemas complexos um importante instrumento para tanto. Em termos de empregabilidade, a resolução de problemas complexos é uma habilidade do futuro.

Com foco no conhecimento prático e aplicado da administração pública e no desenvolvimento de competências, a resolução de problemas complexos por meio do desenvolvimento de práticas extensionistas coloca estudantes e egressos do Campo de Públicas como protagonistas na transformação social. Estratégias e metodologias diversificadas para o desenvolvimento de práticas extensionistas garantem a qualidade da formação e a interação dos participantes, por meio de atividades voltadas à discussão teórica e prática, além de experiências vivenciadas.

É importante reconhecer que as teorias têm grande relevância neste contexto, pois a disponibilização e discussão de conteúdos relacionados aos problemas a serem trabalhados possibilita o conhecimento e a compreensão das políticas e práticas possíveis de serem implementadas para o atendimento às demandas da sociedade.

Inspirados no prestígio das práticas extensionistas, no ano de 2016, iniciou-se na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação uma prática extensionista intitulada “Programa de Internato em Administração Pública”, mais conhecido como Prinagem. Em 2020, a Universidade Federal de Lavras juntou-se à iniciativa e, em 2021, a Universidade do Estado de Santa Catarina, que participou da sua 12ª edição em 2022. Trata-se de uma iniciativa extensionista de sucesso no Campo de Públicas.

O Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal objetiva oferecer aos alunos uma atividade de extensão que permita que conheçam a dinâmica da administração pública municipal, coloquem em prática a teoria apresentada em sala de aula, aprendam com os servidores locais e contribuam com a melhoria dos processos e políticas públicas nos municípios. Nos termos da Política de Extensão da Escola de Governo, o Prinagem:

É um projeto de imersão de maior duração (4 semanas) em que os estudantes do CSAP são encaminhados para um município do estado de Minas, preferencialmente fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Normalmente, eles devem atuar em projetos e ações com vistas a compreender as dinâmicas e elementos que compõem a administração pública municipal e as suas relações com a estadual.

O principal objetivo é possibilitar ao estudante vivenciar a administração local, compreender um pouco mais a importância da administração pública municipal e suas exigências. Como o período é um pouco mais extenso, os estudantes são motivados a interagir com os agentes da administração e extrair experiências e conteúdos diversos, envolver-se em projetos locais e manter contato tanto com responsáveis pela administração quanto com associações, comunidades e cidadãos. (FJP, 2019b, p.13).

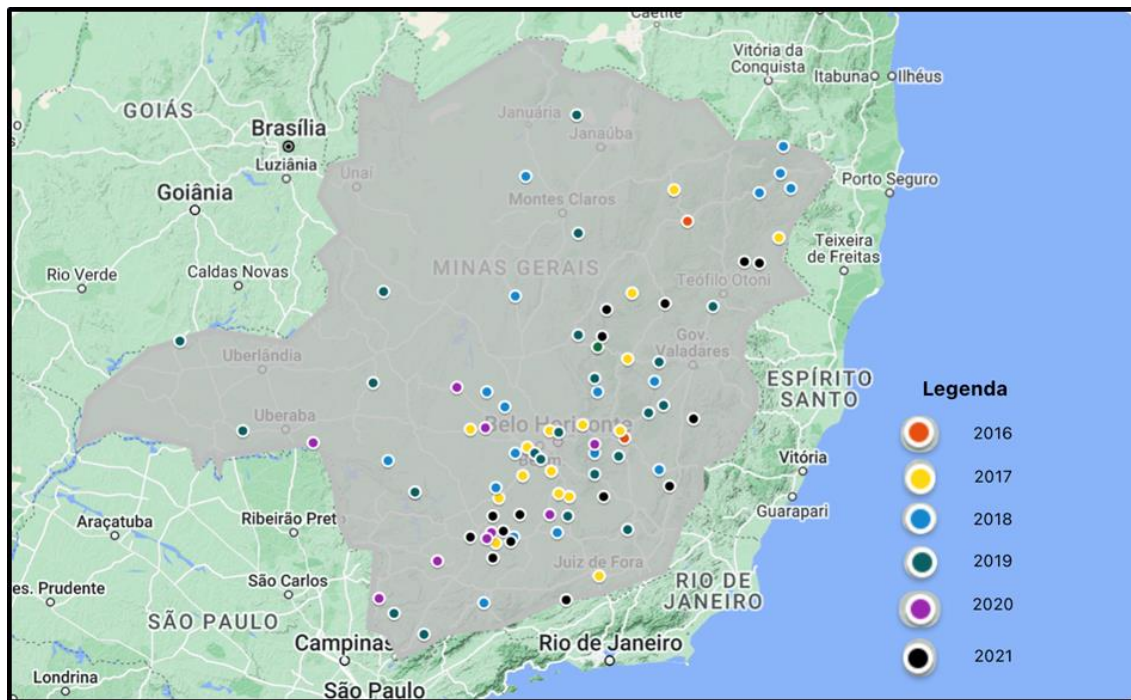
Tal projeto ganha especial importância no curso de Administração Pública da Escola de Governo, uma vez que o curso é uma das etapas do concurso público para ingresso na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

Devido ao contexto de suspensão das atividades presenciais, a 9ª e 10ª edições do Prinagem foram adaptadas, de forma que sua realização ocorreu de forma remota. Esta adaptação foi necessária para que o Programa não fosse interrompido, na busca em contribuir para que as administrações municipais enfrentassem seus desafios relacionados ao planejamento e gestão de políticas públicas, especialmente em um contexto de pandemia.

Ademais, considerando que a experiência do Prinagem suscita o interesse de diversas Instituições de Ensino Superior para conhecer a dinâmica e o funcionamento do Programa, a Escola de Governo realizou a 9ª edição, pela primeira vez, em parceria com outra instituição de ensino, a Universidade Federal de Lavras.

Todas as atividades foram desenvolvidas à distância, com a participação de estudantes do curso de Administração Pública, alunos da EG/FJP e alunos da Ufla, com orientação de professores e alunos do mestrado de ambas as instituições.

O Mapa 1 abaixo apresenta os municípios contemplados pelo Prinagem, desde sua primeira edição, em julho de 2016 até janeiro de 2021 (10ª edição).

Mapa 1: Municípios atendidos pelo Prinagem – 2016-2021

Fonte: Elaboração própria.

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Programa de Residência em Administração Pública (PRAP) tem como finalidade promover projetos e iniciativas de extensão universitária de maneira articulada com as atividades de ensino e de pesquisa desenvolvidas no âmbito do Departamento de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras (DAP/Ufla), em cooperação com diversos agentes da sociedade.

O Programa prevê uma série de iniciativas pedagógicas vinculadas às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão que promovam a aproximação entre teoria e práticas de maneira reflexiva (SCHON, 1984), que privilegie o papel das ideias e valores (MAJONE, 1989; FARIA, 2003; CAPELLA, 2015), numa abordagem pós-positivista (FISCHER; FORESTER, 1993; FISCHER; GOTTWEIS, 2012), de inspiração pragmatista (DEWEY, 1927; 1980).

O PRAP tem como objetivo principal: proporcionar às/aos alunas/os uma imersão profissional, preparando-as/os para o mercado de trabalho, a partir de uma troca de saberes entre todos os atores sociais envolvidos (gestores/as, discentes, docentes e beneficiários/as dos programas sociais), tendo um caráter de pesquisa acadêmica aplicada e visando trazer resultados para o desenvolvimento local.

Para tanto, parte da premissa de articular uma rede de cooperação: cidadãos e cidadãos, docentes, discentes, pesquisadoras, agentes públicos e privados, atores diversos em torno das questões e dos problemas públicos no âmbito dos municípios, desta forma promovendo a diversidade e a troca de saberes entre sociedade civil, universidade e instituições públicas.

Numa via de mão dupla, ao passo em que se leva aos municípios o conhecimento científico e profissional produzido e praticado pelo DAP, pretende-se trazer os problemas públicos dos municípios para o centro da matriz curricular dos cursos do Bacharelado em Administração Pública e do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, e da agenda de pesquisa dos grupos, núcleos e demais programas (OPP, NIESP, CIGOV...) do Departamento.

Assim, visa agregar à formação, de maneira sistematizada, oportunidades de imersão em pesquisa e extensão, orientadas à prática administrativa e à resolução de problemas públicos em cooperação com os agentes da sociedade, contribuindo com a produção e a difusão de conhecimentos no Campo de Públicas.

O Prap, no entanto, pode ser considerado também como mais um fruto da conquista das DCNs do Campo de Públicas, agora no contexto da curricularização da extensão. Seus efeitos, portanto, foram produzidos numa escala comunitária muito menor, restrita ao curso e seus membros docentes e discentes. Foi a partir dos efeitos sentidos por um de seus públicos, especificamente o corpo discente, que a nova reformulação da grade curricular foi posta em prática, pois havia a percepção de que o curso possuía um caráter demasiadamente teórico, carecendo de aplicabilidade prática de seus conteúdos.

O novo regulamento do trabalho de conclusão de curso (BRASIL, 2020) corporifica e produz sentido para a comunidade epistêmica e de prática envolvidos, resultando em uma coesão social ainda mais forte em torno do curso, visto que frutificou numa construção coletiva. O programa resulta de uma avaliação, portanto, um julgamento, da opinião pública dos atores envolvidos com o curso, e de um esforço comunitário para que o problema público alcançasse uma resolução.

A solução construída, no entanto, ao trazer a extensão para o centro da formação, abre espaço para a ampliação da comunidade envolvida com o curso. Antes restrita à comunidade acadêmica, a formação acadêmica agora passa a abrir espaço também para outros públicos, situados nas prefeituras municipais e nas comunidades respectivamente atendidas por elas, dotando o curso de uma dinâmica muito mais fluida de interação com uma multiplicidade de atores e demandas sociais envolvidos.

A EXTENSÃO COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO AOS PROBLEMAS PÚBLICOS

A extensão possibilita a inserção dos problemas públicos não apenas na agenda de pesquisa dos grupos, como também nas atividades de ensino em sala de aula. Mas, para isto os docentes precisam estar bem articulados com as práticas extensionistas. Práticas extensionistas tornam possível a “emergência de experiências públicas capazes de fomentar a inovação social e a construção de novos espaços de diálogo” (BOULLOSA et al. 2021:72).

No caso do Prinagem a prática encontra-se prevista na Política de Extensão Universitária da Escola de Governo (FJP, 2019b, p. 3), que prima pelo “[...] conjunto de espaços de debate e reflexão crítica, que conduzam os estudantes à prática e ao contato com experiências de diversos grupos sociais situados, principalmente, em áreas de vulnerabilidade do estado e da administração pública”.

Tal política (FJP, 2019b, p. 4) consagrou diretrizes que devem balizar a formulação e a implementação das ações de extensão universitária, tais como impacto e transformação, compreendidos como “[...] a necessidade de uma atuação transformadora da universidade, que se respalde pelos interesses da comunidade, fomente políticas públicas e o desenvolvimento regional.” Além disto, tem o compromisso com a comunidade e o exercício de alteridade, como dois de seus princípios.

O Município é um ator imprescindível para o sucesso da prática, uma vez que além de candidatar-se em edital específico publicado pela Escola de Governo, precisa se preparar para receber os alunos. O município deverá disponibilizar um agente público, que será o tutor municipal, para acompanhar as atividades dos estudantes durante o projeto e facilitar o acesso a informações técnicas da prefeitura necessárias para o adequado desenvolvimento das atividades. Além disto, o Município deve apresentar a proposta de atividades a serem realizadas e o tutor municipal deve ter disponibilidade para elaborar, em conjunto com os estudantes, o Plano de Ação que servirá para a definição e o acompanhamento das atividades tanto por parte dos professores orientadores quanto por ele próprio.

Sendo assim, o Prinagem proporciona aos futuros gestores públicos estaduais vivências que ampliam a sua percepção sobre realidades locais e necessidades da sociedade mineira, trabalhando muito bem os problemas públicos e a multiatorialidade. Aprender fazendo, em diferentes realidades acaba por desenvolver importantes competências nestes futuros gestores públicos.

O Prinagem é desenvolvido em conformidade com a metodologia de pesquisa-ação, na qual o estudante atua e, ao mesmo tempo, aprende em conjunto com a população local por meio da troca de experiências e da vivência. Assim, ele tem a oportunidade de ampliar os seus conhecimentos acadêmicos, questionando/ratificando/retificando-os em confronto com uma realidade específica. Essa aprendizagem ocorre ao aplicar conteúdos teóricos no local, desenvolver práticas contextualizadas frente aos problemas e limitações dos municípios e compartilhadas com a comunidade e gestores locais. Dessa forma, o resultado pretendido é formar profissionais que, para além dos conteúdos teóricos, compreendam as realidades sociais e das gestões municipais e sejam estimulados a pensar em soluções para os problemas complexos enfrentados por estas, frente aos recursos disponíveis. (ENAP, 2020, p.116)

A prática é constantemente aprimorada, já que ao término de cada imersão é enviado um formulário de avaliação do Programa, tanto pelos alunos quanto pelos municípios. Em seguida é realizado um Seminário para o compartilhamento das experiências.

O Prinagem foi uma das práticas vencedoras na categoria “Inovação em processos organizacionais, serviços ou políticas públicas no Poder Executivo estadual/distrital”, do 23º Concurso de Inovação realizado pela Escola Nacional de Administração Pública – Enap, em 2019.

Uma primeira proposta de fundamentação teórica do PRAP, por sua vez, foi elaborada para apresentação e discussão no painel T08P09 - *Critical Pedagogy in Public Policy: approaches, experiences and challenges* do *V International Conference on Public Policies (ICPP5)*, no ano de 2021 em Barcelona, Espanha (SOUZA; CAMPOS; SALES, 2021). Procurou-se ali sistematizar uma reflexão situada e contextualizada sobre as iniciativas pedagógicas do Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras (Ufla, Brasil).

A atualização do projeto político pedagógico do curso, no que concerne à Residência beneficiou-se da pesquisa realizada por Rezende (2019), que trouxe elementos para a introdução de atividades de extensão para o centro da matriz curricular. As novidades propostas buscaram contribuir para alcançar, no curso de Administração Pública, a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, que visa a "assegurar a computação de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social", a chamada 'curricularização da extensão'.

Buscou-se com isto atender a uma demanda apresentada pelo corpo discente, no sentido de dar um caráter mais aplicado e prático à formação profissional, sem, no

entanto, descuidar dos aspectos teóricos e críticos, assim como reforçar o compromisso com o *ethos* republicano e democrático que distingue o Campo de Públicas.

Neste sentido, o Prap trabalha a partir dos dois conceitos fundamentais supramencionados: problemas públicos (DEWEY, 1927) e multiatorialidade (BOULLOSA, 2019). Por uma via, visa a inserção dos problemas públicos na sala de aula, espaço tradicionalmente mais restrito à reflexão e estudos no plano teórico; no fluxo oposto, busca promover uma maior interação entre a comunidade acadêmica do curso (professores, pesquisadores e estudantes), os órgãos do Estado (prefeituras municipais, secretarias, equipamentos públicos) e a sociedade civil (associações, ONGs, beneficiários, cidadãos) baseado na construção de uma ampla rede de colaboração a fim de permitir a inserção de estudantes nas prefeituras municipais e equipamentos públicos para, enquanto estudam as bases conceituais e teóricas nas salas de aula, observar, analisar e quando possível auxiliar em intervir nos problemas públicos vivenciados na realidade prática das comunidades envolvidas. O objetivo último é que a partir desta interação seja possível construir conjuntamente soluções para os problemas públicos reais das comunidades, de maneira inserida, reflexiva e crítica, entendendo a Administração Pública não apenas como um campo técnico, mas como um campo tecno-político por excelência (PIRES *et al.*, 2014).

Diferentemente de outros programas de residência existentes no país, no caso específico da Ufla, por se tratar de uma universidade situada no interior do estado de Minas Gerais, o modelo concebido procurou privilegiar a atuação em nível municipal (REZENDE, 2019). O foco nos municípios é desafiador, uma vez que é, ao mesmo tempo, onde podemos observar mais de perto o lugar onde ocorre a implementação das políticas públicas 'na prática', mas, por outro lado é também onde se encontra em geral abordagens empiristas, dada a maior dificuldade para contar com profissionais qualificados capazes de assessorar processos de construção pública para os problemas públicos enfrentados pelas comunidades.

O Prap prevê, portanto, uma série de iniciativas pedagógicas vinculadas às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão que promovam esta aproximação de maneira reflexiva (SCHON, 1984), que privilegie o papel das ideias e valores (MAJONE, 1989; FARIA, 2003; CAPELLA, 2015), numa abordagem pós-positivista (FISCHER; FORESTER, 1993; FISCHER; GOTTWEIS, 2012), fundada no pragmatismo (DEWEY, 1927; 1980). A partir de uma breve análise da experiência recente, procuramos avaliar as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão realizadas junto aos municípios pela

comunidade do curso de Administração Pública da Ufla, a fim de orientar a discussão sobre os desafios e possibilidades para a construção de uma 'cultura de avaliação de políticas públicas' (JANNUZZI, 2016) e seu potencial para fomentar o desenvolvimento local das comunidades atendidas pela extensão universitária do curso de Administração Pública da Ufla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA PARA O CAMPO DE PÚBLICAS

Procuramos estabelecer um pontapé inicial de marco teórico, que certamente poderá ser aprimorado e receber novos aportes diversos, com a finalidade de fundamentar uma proposta de prática de extensão crítica e reflexiva que sirva de suporte para atividades de extensão no Campo de Públicas. As experiências do Programa de Internato em Administração Pública – Prinagem da Escola de Governo e do Programa de Residência em Administração Pública – PRAP da Universidade Federal de Lavras constituem as experiências empíricas analisadas.

A partir de um esforço cooperativo, nos propusemos a estabelecer as bases conceituais e teóricas iniciais para que a extensão na área de Administração Pública possa ir além das práticas convencionais. A literatura que reunimos neste trabalho, longe de ser conclusiva, permite uma primeira orientação para a prática de extensão crítica, reflexiva, socialmente situada, implicada e engajada, comprometida com o aprofundamento da democracia nos municípios brasileiros alcançados por esta iniciativa.

Sob a ótica da promoção da multiatorialidade, a prática da extensão torna possível a promoção de uma maior interação entre a comunidade acadêmica do curso (professores, pesquisadores e estudantes), os órgãos do Estado (prefeituras municipais, secretarias, equipamentos públicos) e a sociedade civil (associações, ONGs, beneficiários, cidadãos) baseada na construção de uma ampla rede de colaboração a fim de permitir a inserção de estudantes nas prefeituras municipais e equipamentos públicos para, enquanto estudam as bases conceituais e teóricas nas salas de aula, observar, analisar e quando possível auxiliar em intervir nos problemas públicos vivenciados na realidade prática das comunidades envolvidas.

Considerando as políticas públicas como fluxos interpretativos ativados por uma multiatorialidade que governa problemas de pública relevância (BOULLOSA, 2019), e que, abarcam uma diversidade de experiências públicas sensíveis e simbólicas, com o

potencial de qualificar e de ampliar o campo das políticas públicas (PERES, 2020), tem-se nas práticas extensionistas, conforme as demonstradas nos relatos das experiências do internato e da residência, uma potência no campo da multiatorialidade.

Tais experiências contribuem para a construção de um tipo de gestão dialógica, horizontal e o mais coletiva possível

Não se constituem como experiências públicas as experiências em que uma multiatorialidade não se reconhece ou se veja sufocada pela exaltação da dimensão da experiência privada, pela dissolução dos sujeitos, pela personificação de mitos (em detrimento da valorização da ação coletiva) ou pela destituição da dimensão pública dos afetos privados. (BOULLOSA et al, 2021:77).

Os problemas públicos – complexos e agravados pelo contexto pandêmico – não se circunscrevem às divisões políticas que delimitam as fronteiras de estados e municípios. São territorializados e demandam uma atuação conjunta multiatorial. A falta de cooperação, essencial ao modelo federativo brasileiro e a falta de capacidade de escuta ativa da sociedade cobram a reinvenção da gestão, a retomada dos princípios da gestão social e de um caminho de desenvolvimento ancorado nas lutas sociais e nas necessidades das comunidades e territórios mais afetados – em um processo capaz de gerar uma força de oposição ao movimento de despolitização da gestão de políticas públicas.

Um Estado organizado, articulado, forte e capaz de atender aos anseios e necessidades da sociedade, carece de uma forte atuação daqueles que desenham, implementam e garantem a continuidade das políticas públicas. Estes últimos anos trouxeram algumas lições, dentre elas a necessidade de maior articulação e proposição em prol do interesse público. Neste sentido, vale trazer à baila a máxima de Michel de Montaigne: "*A mais honrosa das ocupações é servir o público e ser útil ao maior número de pessoas*".

REFERÊNCIAS

- ANEPECP. Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas. Estatuto Social. Brasília: Setembro, 2021.
- BAUMGARTNER, Frank R.; JONES, Bryan D. **Agendas and instability in american politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BITTENCOURT, M. A.; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Escolas de Governo e a profissionalização do servidor público: estudo dos casos da Escola de Serviço Público**

do Estado do Amazonas – ESPEA e da Fundação Escola de Serviço Público Municipal de Manaus – FESPM. **Revista ADM.MADE**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 75-94, maio/set. 2010.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Mirando ao revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. Publicações da Escola da AGU, Brasília, v. 11, n. 4, p. 89-105, 2019.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Mirando ao revés nas políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 28, n. 3, 2013.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; PERES, Janaina Lopes Pereira; LARANJA, Lara Silva; SILVA, Luciana Guedes da. Subtração da gestão de políticas públicas no contexto pandêmico: os desdobramentos de um desamparo público agravado pela Covid-19. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 71 - 85, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005/ 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal de Lavras. **Resolução CGAP nº 01, de 16 de junho de 2020**. Aprova o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do bacharelado em Administração Pública para discentes vinculados/as à matriz curricular 2020/2. Brasília, DF, 2020. Disponível em:

https://fcsa.ufla.br/images/legislacao-graduacao/administracaopublica/125_01_16062020.pdf. Acesso em: 20 já. 2023.

CAPELLA, Ana Cláudia Neidhardt. Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. **Ideias**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 13-34, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/ideias.v6i2.8649461>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (parte 1). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.36, n. 1, p.187-213, 2017a.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (parte 2). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36 n. 2, p. 129-142, jul. 2017b.

DEWEY, John. Em busca do público (1927) Excertos de O público e seus problemas (1927). Cf. Hickman, Larry A. & Alexander, Thomas. *The Essential Dewey*, vol. 1: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998: pp. 281-292. A menção, contida no livro acima, à obra de Dewey [LW 2: 238-258] se refere ao volume e às páginas das *Later Works: 1925-1953* in Boydston, Jo Ann (ed.). *The Collected Works of John Dewey, 1882-1953*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1969-1991.

DEWEY, John. *Lógica: a teoria da investigação*. In: DEWEY, John. **Dewey**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores, 49).

DEWEY, John. **Democracy and education**: an introduction to the philosophy of education. New York: Columbia University, 1916.

DEWEY, John. **Moral principles in education**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1909.

- ENAP. **Iniciativas premiadas no 23º Concurso Inovação no Setor Público – 2019**. Organizado pela Coordenação-Geral de Inovação. Brasília. 2020.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003.
- FISCHER, Frank *et al.* (ed.) **Handbook of critical policy studies**. Edward Elgar, 2017.
- FISCHER, Frank; FORESTER, John (ed.). **The argumentative turn in policy analysis and planning**. London: Duke University Press, 1993.
- FISCHER, Frank; GOTTWEIS, Herbert (ed.). **The argumentative turn revisited: public policy as communicative practice**. London: Duke University Press, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. **Projeto pedagógico: curso de Administração Pública**. Belo Horizonte: FJP, 2019a. Disponível em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Projeto-pedagogico.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Política de extensão universitária**. Gerência de Extensão e Relações Institucionais. Belo Horizonte: FJP, 2019b. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/GERI-Pol%C3%ADtica-de-extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria-Fev-2019.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- JANNUZZI, Paulo. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: Uma Introdução aos Conceitos e Técnicas**. Campinas: Alínea, 2016.
- KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2. ed. New York: Longman, 2003.
- MAJONE, Giandomenico. **Evidence, argument and persuasion in the policy process**. New Haven: Yale University Press, 1989.
- OLIVEIRA, Kamila Pagel; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; SILVEIRA, Mauro César da. A carreira de especialistas em políticas públicas e gestão governamental de Minas Gerais e os desafios de retenção: análise comparativa de 2009 e 2019. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 71 n. 4, p. 987-1022, 2020.
- PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da expectativa contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204p.
- PERES, Janaína Lopes Pereira. **Reinterpretando o fluxo de políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF**. 2020. 251f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.
- PIRES, Valdemir *et al.* Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública & Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4650>. Acesso em: 20 jan. 2023.

REZENDE, Larissa Ferreira. **Residência em Administração Pública**: a formulação do programa no curso de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras. Orientador: Gustavo Costa de Souza. 2019. 54 f. Monografia (Graduação em Administração Pública) – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/40526>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RIBEIRO, Gabrielli Fernandes; SOUZA, Gustavo Costa de. Repensando a extensão universitária no Campo de Públicas a partir de um cenário de isolamento social: o caso do PRINAGEM modalidade remota em Luminárias – MG. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS*, 4., 2021, Salvador. Anais [...]. Salvador: Even3, 2021. v. 4.

SABATIER, Paul A.; JENKINS-SMITH, Hank. Policy change and learning: the advocacy coalition approach. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

SCHON, Donald A. **The reflective practitioner**: how professionals think in action. New York: Basic Books, 1984.

SOUZA, Gustavo Costa de. CAMPOS, R. S., SALES, C. M. R. For a critical and reflective extension practice articulated with teaching: the Public Administration Residency Programme at Ufla. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON PUBLIC POLICY*, 5., 2021, Barcelona. **Annals [...]**. Barcelona: IBEI, 2021.

SOUZA, Gustavo Costa de. Laboratório de Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais - LAB.MAPS: bases conceituais, percurso de implantação e agenda de pesquisa. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS*, 4., 2021, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Even3, 2021.

SOUZA, Gustavo Costa de; CAMPOS, Renato Silvério; ZANOTTI, Larissa Antunes; MATTAR, Maria V. Martins. Co-construction of knowledge in university extension projects: the experience of Prinagem at Ufla, Brazil. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON PUBLIC POLICIES*, 5., 2021, Barcelona. **Annals [...]**. New York: Norton & Company, 2021.

STONE, Deborah. Policy paradox: the art of political decision making. New York: W. W. Norton & Co., 2012 [1988].

VENDRAMINI, Patrícia; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento (org.). **Pioneirismo, renovação e desafios**: experiências do Campo de Públicas no Brasil. Florianópolis: UDESC, 2017. Disponível em:

<https://campodepublicas.files.wordpress.com/2017/12/ebook.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ZANOTTI, Larissa Antunes *et al.* Aprendizagem transformativa em processos de resolução de problemas públicos: primeiras experiências do PRINAGEM na Ufla. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS*, 4., 2021, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Even3, 2021.